

BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA: identidades e cenário político gerencial

Joana Coeli Ribeiro Garcia*

Johnny Rodrigues Barbosa**

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira***

Resumo

Retoma a temática das políticas gerenciais em prol das Bibliotecas Públicas brasileiras e discute os princípios organizacionais e identitários que as circundam, considerando as políticas de gestão generalizadas e os consequentes resultados da adoção de macro e micropolíticas. Considera os aspectos geográficos e de diversidade estrutural, econômica, regional e cultural na qual estão inseridas as Bibliotecas Públicas. Aponta, ainda, a necessidade de reforçar os vínculos identitários e atender às reivindicações culturais minoritárias das distintas regiões como forma de consolidar particularidades e de restabelecer objetivos e funções da Biblioteca Pública.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Identidade da Biblioteca Pública. Políticas da Biblioteca Pública.

Por que biblioteca pública?

A informação desfruta de significativo reconhecimento em qualquer atividade humana, em qualquer tempo e, mais ainda, quando vivenciamos uma sociedade caracterizada por seu uso intensivo. Seguramente, um estoque de informação construído, organizado, gerenciado e, principalmente, compartilhado pode contribuir com a redução de incertezas, com a geração de conhecimento e promover uma nova dinâmica social. Razão suficiente para denominar o modelo paradigmático de sociedade da informação. Nela, nos inserimos utilizando as possibilidades das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tornando a informação elemento central da atividade humana (CASTELLS, 2001).

* Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ. Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: nacoeli@gmail.com.

** Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba. Bibliotecário da UFCG. E-mail: johnny_r2@hotmail.com.

*** Doutora em Letras, Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba. Email: bernardinafreire@gmail.com.

A necessidade de dispor das TIC no trabalho, nas residências, nos ambientes de ensino; os textos, científicos ou não, distribuídos em redes, bases de dados, diretórios; as redes sociais, por meio das quais ampliamos nosso ciclo de amizades, de comunicação e de negócios, são formas sociais produzidas e modificadas pelo uso. São práticas constituintes da cultura digital, por meio das quais realizamos compras, utilizamos transporte público, votamos, inscrevemo-nos em concursos, encontramos pessoas, trocamos ideias, namoramos, casamos etc.

São ações em que os cidadãos, intermediados pelas tecnologias de informação, ou melhor, pela Internet, utilizam informações para desenvolver atividades sociais e culturais e que se encontram disponibilizadas nas bibliotecas e, em alguns países, nas bibliotecas públicas (BPs). Ainda que este ensaio focalize a situação brasileira e não realize comparações com outras situações e países, somente a título de exemplo nos reportamos aos Estados Unidos em termos de utilização das TIC nas bibliotecas. A cada dois anos a *American Library Association* (ALA) financia pesquisas para registrar a situação em termos orçamentários e de ampliação dos serviços. Em 2006 e 2007 foram dedicados recursos infraestruturais para reforçar as bibliotecas públicas, ampliando sua capacidade de prover acesso público à Internet e a outras tecnologias e atender à sustentabilidade e ao acesso público livre e de qualidade para as bibliotecas nacionais (DAVIS; BERTOT; McCLURE, 2008). O relatório, referente a 2010 – 2011, apresenta-nos os seguintes indicadores:

- 99,3% das BPs oferecem acesso livre a computadores e Internet;
- 86% das BPs proveem *Wi-Fi* livre;
- 70% das BPs referem o uso da Internet ampliado em 2010;
- 67% das bibliotecas oferecem acesso a e-books;
- 60% das bibliotecas relatam horizontalidade ou decréscimo orçamentário em 2010, tendo em vista o salto de 40% havido em 2009;
- 16% de todas as bibliotecas diminuíram os horários operacionais, o que se traduz em menos horas trabalhadas e mais de 2.600 ramificações;

No caso brasileiro, os municípios padecem de infraestrutura necessária e imprescindível para exercer tais práticas em toda sua potencialidade. Razão que justifica a existência das BPs e, responde a pergunta título do item 1, por ser a possibilidade de auxiliar significativamente os cidadãos, minimizando um dos mais sérios problemas da sociedade atual, qual seja a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que dela estão desprovidos (CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007).

Com a democratização do ensino essas informações deveriam estar acessíveis, inclusive no equipamento BP, porquanto seu conceito fundamenta-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento, semelhantemente à proposição quando do surgimento da Internet. Por esse princípio oferecer-se-iam todos os gêneros de obras de interesse da comunidade, tais como literatura, informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral, publicações oficiais, dentre outras.

Também, por esse princípio depreende-se ser a BP o elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e um recurso informacional que nela se encontre organizado e disponível. Portanto, deve se constituir em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, instruir-se e participar de atividades culturais, de lazer e de formação cidadã (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Embora aceito como princípio democrático, de justiça e respeito humano, para os municípios torna-se impraticável pela limitação do acesso digital, tendo em vista que o Brasil ainda não se encontra totalmente contemplado pelas redes que proporcionam compartilhamento de recursos no processamento, na informação, nos dados, nos instrumentos e nos laboratórios. A Rede Nacional de Pesquisa (RNP) é responsável pela difusão da Internet para a sociedade, para ensino e pesquisa e para as comunidades fazerem uso não comercial, o que possibilitaria sua utilização pelas BPs, ou de se ter um ponto de acesso público em cada município. Na realidade, com exceção do Estado da Paraíba, cujo ponto de acesso se situa na cidade de Campina Grande, todas as capitais possuem ponto de presença da RNP, com uma distribuição que perpassa os 10 Gbps (somente em quatro capitais) até quatro Mbps (SIMÕES, 2011).

De outra parte, para atender a contento o prescrito, esse equipamento assume papel importantíssimo para os municípios brasileiros: representa a possibilidade de acesso à informação (mesmo que impressa); custodia um acervo bibliográfico heterogêneo, capaz de contemplar gratuitamente os interesses das pessoas de todas as idades, de todas as raças, de todos os credos, de todas as línguas, portanto representa a memória da coletividade e, como tal, deve ser preservada; alia-se, ainda, à BP a função de desenvolvimento, que a tornaria centro irradiador de informação e cultura das comunidades (SILVEIRA e REIS, 2011).

Não é demais afirmar que existem dificuldades a serem superadas para a distribuição equitativa das condições infraestruturais, tanto para acesso à Internet quanto para as BPs

assumirem suas funções de forma integral. Também não é demais afirmar a vastidão territorial brasileira de 8.456.510 km², tornando complexa a interiorização de determinados serviços às mais distantes comunidades. E ainda, é importante compreender a diversidade de culturas e povos colonizadores do Brasil, de forma tal que se compreenda a multiplicidade de “brasis” em um único País.

Até 2008, havia 5.564 municípios, registrando-se um quantitativo de 330 deles sem BP (CAVALCANTI, 2008). Tal situação caracteriza inclusive a existência de barreiras de acesso à cultura letrada, indicativas da inacessibilidade ao livro impresso, embora a reportagem especial de Meier (2011, p.108) revele que há, entre os jovens, uma tendência crescente de ampliação da leitura, utilizando-se do leitor digital - Kindle. Mas, reafirmamos que essa realidade não atinge a população de forma igualitária.

Há que se considerar que, no Brasil, o livro ainda não é objeto de consumo prioritário. A maioria da população é portadora de uma realidade econômica que lhe impede direcionar gastos à compra de livros, porquanto a alimentação, saúde e vestuário são suas prioridades orçamentárias. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, o consumo de livro é proporcional à renda familiar e ao nível de escolaridade. As famílias que compõem a classe C, e declararam receber de dois até cinco salários mínimos, conseguem ler 1,3 livros por ano. Famílias de classe D, que declararam receber de um a dois salários mínimos, chegam a 0,6 livros por ano. As de nível E, com até um salário mínimo, chegam a 0,3. As classes A, com mais de 10 salários, e a B, de cinco a 10, conseguem consumir respectivamente 4,2 e 2,5 livros por ano (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008).

Na busca pelo desenvolvimento do país o governo federal, por meio de políticas e programas, objetiva proporcionar o acesso às unidades de informação, principalmente às BPs. Vivemos a forma de governo republicano na qual o chefe de estado é eleito pelo povo de quem emana o poder, e é natural que as políticas públicas estejam ao alcance dos cidadãos. Teoricamente, entendemos que a transparência e o diálogo com as políticas públicas estão para o povo assim como o ar está para a vida na terra. Por isso, acompanhar as ações fruto das políticas públicas, no regime democrático, é possível, já que uma vez implementadas estão em condições de acompanhamento (ROWLANDS, 1996).

Este é o contexto em que retomamos a temática das políticas em prol das BPs, cujo cerne clama outra temática, qual seja a construção identitária dessas bibliotecas em relação às comunidades nas quais se inserem. Isso porque, embora se reconheça que as políticas devam ser expressas de forma generalista, há que se considerar a geografia brasileira e sua

diversidade cultural. A preocupação pela identidade constitui uma perspectiva contemporânea, assim importa saber quem somos. Qual o papel que nos corresponde na história da cultura brasileira? Que elementos distinguem a nossa atuação enquanto BP? Até que ponto nos equiparamos com outras práticas culturais identitárias no Brasil? Quem decide sobre o presente e o futuro das BPs? São estes aspectos que objetivam a discussão do presente artigo.

Bibliotecas públicas: aspectos políticos gerais

Para a compreensão do patamar atual da agenda política brasileira e das articulações que circundam o contexto das BPs é fundamental a reflexão sobre o papel do Estado. Este, perante trajeto histórico das instituições focalizadas nesse texto, é o responsável maior no esforço de zerar o número de municípios sem BPs. Os programas e financiamentos providos pelo governo federal e executados em parceria com os governos municipais, por meio de convênios, configuram política pública, por ser parte integrante do maquinismo de governos. Trata-se de uma macropolítica de informação com desdobramentos no nível meso - unidades da federação - e no micro – os municípios.

Isto é o que nos revelam Simões e Lima (1998) ao discorrerem que a macropolítica trata de agregados e estatísticas nos quais se situam os governos. Por sua vez, a micropolítica de informação diz respeito à relação de poder em espaços restritos, uma vez que trabalha com questões em que estão envolvidos sujeitos, artefatos e recursos para a alimentação da cadeia informacional com o objetivo de “zerar” o número de cidades sem o equipamento referido.

Pactuamos com Rowlands (1996) ao afirmar que

[...] o campo de todos os direitos públicos, regulações e políticas que fomentam ou não, ou regulamentam a criação, uso, armazenamento, e comunicação da informação e que no caso da emergência da política de informação pública, esta surge do maquinismo de governo, suas formulações, implementações e avaliações, podendo estar em estado de ser acompanhada [...] (ROWLANDS, 1996, p.14, grifo nosso).

O objetivo de uma política pública de informação é de que tenha competência para controlar a geração e a organização das atividades de informação, visando uma distribuição

socialmente justa, com a intenção de gerar conhecimento no indivíduo e induzir seu desenvolvimento pessoal e o do seu espaço de convivência (BARRETO, 2004).

A distribuição socialmente justa de informação que se almeja por meio das BPs, para Machado (2010), caracteriza-se enquanto política cultural. Normalmente, ações ou políticas nacionais voltadas ao equipamento em discussão são relacionadas ao Ministério da Educação que, no passado, foi responsável pelas questões culturais nacionais até a criação de um ministério específico, em 1985. Para se dedicar às questões das letras, do folclore, das artes e das demais manifestações da cultura nacional, os programas de implantação e apoio às BPs estão, institucionalmente, ligados ao Ministério da Cultura (MinC) por meio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição em cuja estrutura encontra-se vinculado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

Desde muito tempo, as BPs suprem as necessidades da clientela escolar, dadas suas escassez e precariedade na educação pública brasileira, fixando-as no imaginário da sociedade como um equipamento a serviço exclusivo da educação. Sobre essa visão trazemos a lume as considerações de Machado (2010)

Acreditamos que a relação estabelecida entre a biblioteca pública e a área da Educação se dá no Brasil por três motivos: primeiro, pelo forte caráter educacional que essa biblioteca desempenha, principalmente em decorrência do que consideramos ser o segundo motivo; a carência de bibliotecas escolares no país; e, terceiro, pelo fato da cultura ser a base de toda a sociedade e suas ações terem por princípio a transversalidade e a multiplicidade. Nesse sentido, pensar a cultura e políticas públicas culturais é reconhecer a complexidade que envolve vários elementos, esferas, níveis e atores [...]. A cultura como direito de todos está inscrita na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no Brasil, é reafirmada na Constituição de 1988, no artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. No entanto, é por meio das políticas públicas que garantiremos a cultura como direito de todos (MACHADO, 2010, p. 97, grifo nosso).

Os hábitos e os conhecimentos cultivados pelo homem, que se refletem no que somos, encontram-se registrados e são propagados por meio da palavra escrita que tem como seu principal suporte o livro. Esta é a premissa: de que as BPs são instituições capazes de disseminar a vida nas suas mais diferentes manifestações, sem compromisso exclusivo com o sistema educacional, mas, sobretudo, reconhecendo que a bibliodiversidade congrega os passos do homem aliados à preservação da memória, como estímulo ao uso do patrimônio

proporcionado pelas BPs, confirmando a complexidade da cultura, seus diversos atores, sejam universais ou locais. Assim, compreender a BP como núcleo de irradiação da cultura, como agência de informação e pesquisa, como centro de aperfeiçoamento intelectual, como mediadora da democratização da leitura e do conhecimento, como imprescindível a um país e à vida humana, porque ao se realizar no saber e na cultura, o homem melhor se entenderá com outros homens; os povos com outros povos, num mundo construtivo, de prosperidade social, de liberdade e de paz (SUAIDEN, 1979).

Desta forma, entendemos que as ações governamentais voltadas a estas instituições enquadram-se no tipo de política pública de informação. O princípio norteador das ações de uma BP baseia-se na irradiação da informação registrada para todos de maneira impessoal, considerando as características sociais, religiosas, de preferências sexuais, partidárias para a prestação dos seus serviços àqueles a que se destina. Se durante muito tempo a mesma foi ou é procurada por um público escolar, o atendimento deverá ser realizado sem questionamentos. O desejável seria que a BP também pudesse ser desfrutada por todos os membros de uma determinada comunidade, incluindo donas de casa, trabalhadores etc. Existe uma diferenciação entre as BPs e as escolares. Isto é tão legítimo que a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco), por intermédio da *International Federation of Library Associations* (IFLA) publicou Manifestos distintos em prol dos dois tipos de bibliotecas. Missão da Biblioteca Pública: Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social (MANIFESTO, 1994). Missão da Biblioteca Escolar: A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. Articula-se com diversas redes de bibliotecas e de informação (MANIFESTO, 1999, grifo nosso).

Tais manifestos elucidam que a BP seria a continuidade dos serviços oferecidos pela biblioteca escolar, onde tudo começaria. É perceptível que na biblioteca escolar o acesso restringe-se à comunidade escolar, enquanto na BP o acesso é para todos. Assim, a biblioteca escolar pode se ligar a uma BP tanto quanto aos demais tipos de bibliotecas. Porém, o público em geral não pode esperar serviços de uma biblioteca escolar em razão de os mesmos serem voltados exclusivamente àquela comunidade.

Política de gestão da biblioteca pública

No Brasil, o primeiro órgão governamental a promover políticas voltadas às BPs foi o Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas. Órgão estratégico, o INL sobreviveu 55 anos vinculado ao, então, Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi responsável pela celebração de convênios entre os municípios para a abertura de BP e por edições de livros a serem distribuídos a cada um deles. Foram anos tentando erradicar o número de municípios brasileiros sem BP, feito não alcançado pelo Instituto.

No começo da década de 1990, com a extinção do INL, o MinC, desmembrado do MEC, responsabilizando-se pelas políticas culturais para BP, cria o SNBP que executa o Programa Livro Aberto, cujas ações demonstram estar em vias de alcançar a meta de eliminar o número de cidades sem o equipamento.

Em 2009, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em um percentual de 8% dos 5.565 municípios inexistia BP. De posse da relação destes municípios, o SNBP criou uma política mais agressiva, entrando em contado direto com os gestores daqueles municípios para implantar tais equipamentos. Essa iniciativa contou com a Portaria Ministerial nº 117/2010, marco na política cultural de informação brasileira, condicionando as transferências financeiras de recursos da União à existência e comprovação de BP.

Art. 1º Estabelecer como condição às transferências voluntárias da União decorrentes de dotações orçamentárias do Ministério da Cultura a comprovação da existência e do pleno funcionamento de pelo menos uma biblioteca pública instalada no âmbito do ente federado beneficiário.

§ 1º A comprovação de que trata este artigo refere-se ao cumprimento da contrapartida mínima exigida do ente federado no ato de celebração de convênios ou outros mecanismos de repasse de recursos financeiros, de modo a garantir à população o acesso aos bens e serviços culturais.

§ 2º A referida comprovação poderá ser, a qualquer tempo, exigida do beneficiário ou realizada pelo próprio Ministério da Cultura por meio de fiscalização direta ou indireta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2010).

Para os municípios serem beneficiados com recursos do MinC têm que comprovar a existência, em pleno funcionamento, de ao menos uma BP, caso contrário o benefício será bloqueado. Em cumprimento à regra pode ser que os gestores municipais aumentem suas atenções e se esforcem em criar e manter os serviços das BPs de suas cidades. Salientamos ser

ainda cedo para avaliar o impacto desta portaria, inclusive se considerarmos os aspectos culturais, ou seja, o fato da existência de formalização de documento, devidamente publicado, não garantir e não significar resolução imediata.

Esses documentos são, na verdade, instrumentos que explicitam os limites das ações do governo ou de uma determinada política pública perante os principais atores interessados. Quando as pretensões e regras estão postas documentalmente, trata-se de uma política pública explícita. Quando as ações são executadas pela vontade dos gestores sem respaldo documental, dizemos tratar-se de uma política pública implícita ou tácita, cujas responsabilidades e limites são invisíveis, mutáveis e circunstanciais, alterando-se ao sabor do julgamento do gestor ou de um dado grupo, impossibilitando compreensão, interação e exigência de execução por parte dos atores.

Segundo Silva (2009), políticas explícitas dispõem de rigor jurídico, validação legal, orçamentos, programas, instituições executoras e reguladoras, atingem a ação coletiva dos sujeitos, dos órgãos e instituições nos âmbitos das macro e micropolíticas. As políticas implícitas não têm esse aparato para tornarem-se públicas, no entanto, são efetivadas por meio das ações de alguns sujeitos que seguem normas próprias ou ditadas pelas circunstâncias. Por seu caráter opaco, não atingem o reconhecimento da ação coletiva dos sujeitos que se beneficiam das ações.

O importante feito a ser alcançado no Brasil, tratando da erradicação de municípios sem BP, nos leva a compreender como estas instituições são gerenciadas. O primeiro censo nacional das BPs, realizado pela FGV e publicado em 2010, mostra-nos que 62% dos dirigentes dos 4.763 equipamentos pesquisados não tiveram acesso a qualquer treinamento para atuar em BP, e que 57% destas são dirigidas por pessoas de nível superior, sem graduação em Biblioteconomia, em oposição ao índice de 17% do total das bibliotecas abertas e pesquisadas que contam com bibliotecários em atuação.

Se inexistem profissionais bibliotecários na maioria das BPs e a maioria dos dirigentes não teve acesso a treinamentos, qual seria a real situação além dos números mostrados pelo censo da FGV? Respondemos com situação relatada por Barbosa (2011), que dentre oito municípios paraibanos visitados, das várias mesorregiões, um possuía o profissional, noutro o dirigente havia recebido treinamento e os demais gestores estavam inseguros acerca dos procedimentos e desconheciam como potencializar os serviços dos seus equipamentos. Além disso, as bibliotecas não possuíam características de integração a qualquer sistema de bibliotecas, vez que eram organizadas de modo próprio, com regras e procedimentos díspares.

Sobre a permanência de bibliotecário, as dificuldades referem-se a concurso público para a categoria com o oferecimento de um salário mínimo, remuneração ofertada igualmente a profissões sem exigência de formação superior. Assim, não se converte em atrativo para que candidatos se desloquem da capital e passem a viver no interior. E as dificuldades se ampliam. Houve prefeitura que ficou quase um ano com o *kit* recebido da FBN, sem disponibilizá-lo à sociedade, por desconhecer como operar o sistema. Um ano para que a comunidade pudesse ter acesso aos serviços da biblioteca, quando o sensato teria sido a adoção dos métodos de organização de acervos tradicionais, já que o município não recebeu a assistência que seria de responsabilidade do Sistema Estadual de Bibliotecas, situado na capital do estado (BARBOSA, 2011).

Finalmente, sobre as condições econômicas dos municípios, ainda é o mesmo autor quem nos relata.

Não é que a cultura seja a quarta ou quinta opção de investimentos, ela é necessária, mas entre a Educação e a Cultura, prioriza-se a Educação, pois não adianta ter biblioteca e o aluno ser analfabeto. Investe-se na Educação, prioriza-se a Educação e a Saúde para que os Postos de Saúde da Família, e o próprio hospital funcionem. Só depois vem Ação Social, Infra-estrutura, Turismo, etc (BARBOSA, 2011, p. 92).

A realidade vislumbrada é de carência das BPs, com expectativa para que entre dois e quatro anos o governo federal erradique o número de municípios sem o equipamento, dando nova configuração ao mercado. Nesse primeiro momento a preocupação situa-se em questões quantitativas, sobretudo em eliminar o déficit de municípios sem o equipamento. Ao se fechar esse ciclo novas estratégias de qualificação deverão ser pensadas para que haja condições de gerenciamento dessas unidades. Até lá, é possível que a RNP tenha concluído as metas de inclusão digital de todos os 5.564 municípios brasileiros com pontos de acesso, possibilitando às BPs vislumbrar proximidade com as excelentes condições tecnológicas dos Estados Unidos.

Bibliotecas públicas: aspectos identitários

As perguntas feitas como provocação introdutória devem ser reiteradas. Pensar a tensão entre identidade das BPs e a diversidade cultural impõe a necessidade de se considerar coordenadas teóricas, metodológicas e realidades político-econômicas. A diversidade cultural,

per se, tem sido apontada como elemento caracterizador de nossa identidade. A identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação aos modos pelos quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987).

Do ponto de vista teórico, os conceitos de identidade e diferença aparecem ligados um ao outro. A identidade de algo implica sua diferença de outras coisas. Pode-se falar de “identidade real (ontológica) na perseverança de um ser, principalmente da substância, através do tempo, apesar da mudança das aparências ou dos acidentes” (BRUGGER, 1987, p. 220). Esta identidade entende-se de maneira mais ou menos rigorosa. Assim, uma organização, a despeito de sucessivas mudanças de suas partes, continua estruturada com departamentos, divisões, setores, portanto considerada o próprio organismo, mesmo depois de anos decorridos e de suas diferenças.

Princípio semelhante se aplica às BPs e aos organismos instituintes das políticas que direcionam sua gestão em seus níveis federal, estadual e municipal. A definição, assim compreendida, converge para a utilização do conceito de identidade para descrever tanto os produtos e serviços frutos da ação dos sistemas de BP, passando ao conceito de identidade organizacional, porquanto incorpora as matizes da cultura.

Certamente, esse amplo emprego do termo dificulta sua precisão conceitual. Entretanto, devemos tê-lo em mente quando tentamos precisar formas diversas de identidade. Toda instituição desenvolve sua cultura organizacional que se consolida com o passar do tempo, e ao mesmo tempo se modifica, aspecto a ser considerado. Ao desprezar as peculiaridades dessa cultura, alimenta-se o surgimento de conflitos, sobretudo quando as políticas não se voltam para atender às idiossincrasias de estados, municípios e comunidades onde se localizam as BPs.

“A cultura pode ser entendida como a ‘cola’ que mantém a unidade da organização” (PAGANO, 2004, p. 1). Suas estruturas alicerçam-se em três grandes pilares: as crenças e valores organizacionais, o conhecimento explícito e formal da biblioteca enquanto organização e sua visão de futuro. A este conjunto convencionou-se chamar identidade organizacional, que responderia às questões formuladas inicialmente.

Entendendo ser a BP, acima de tudo, uma reunião de pessoas voltadas para atender necessidades de outrem, que assumem posturas, decidem e (re) agem de acordo com esse conjunto de crenças e valores, reside aqui a razão do sucesso ou do fracasso da biblioteca. Isto porque os princípios morais das pessoas são individuais, mas também se compartilham

crenças e valores, distintas de outras pessoas e outras bibliotecas. Portanto, divergências culturais e organizacionais são inevitáveis, tornando-se mais acentuadas quando as diferenças são desconsideradas pelas políticas públicas, fato que pode levar a BP a postergar decisões importantes ou, pior ainda, deixar de acatá-las.

Outro fator, ainda a ser considerado, diz respeito ao acompanhamento sistemático dessas políticas tanto pelos órgãos responsáveis quanto pela comunidade na qual está inserida a BP. Convergir com princípios individuais, considerando as peculiaridades locais, é tarefa que cabe às BPs enquanto instituições representantes da memória, da cultura, da educação, das práticas de leitura (SILVEIRA; REIS, 2011), do conhecimento e das necessidades de informação da comunidade, características a serem observadas e respeitadas do nível macro ao micro quando da elaboração e efetivação das políticas.

Só com esses valores explicitados, plenamente entendidos por todos e vivenciados no dia a dia, a BP conseguirá estabelecer uma cultura organizacional forte, que contribua para atitudes e comportamentos que privilegiem inter-relações, propiciando abertura a mudanças.

Tão importante quanto o conjunto de valores para a consolidação da cultura corporativa é a definição formal de missão da BP, considerando a realidade local. A declaração da missão deve ser de conhecimento de todos os membros da biblioteca e da sociedade, para que ações e decisões atendam ao que está ali prescrito, com clareza e objetividade, sem desvios da concretização do objetivo para a qual foi instituída.

Outro pilar significativo da gestão organizacional é o estabelecimento direto de visão de futuro, entendido como a intenção estratégica de alcance da meta distante, desafiadora, realizável. Uma declaração atrativa, com poder de concentrar e canalizar a energia de todos; inspirada nas forças do passado para viabilizar novas formas de pensar ou agir; motivadora e inovadora, minimizando o receio e a ansiedade comuns a processos de mudança; desenvolvida por uma liderança forte e decidida, com senso de direção e propósito com as ações da BP, que cumpra seu papel de alinhar esforços e ações rumo ao futuro, represente os interesses locais e da sociedade na qual se insere, em outras palavras, os nossos próprios interesses.

Na prática, o que prevalece são declarações generalizadas da missão organizacional a exemplo da preconizada pela UNESCO. Há que se declarar formal e plenamente a missão e a visão da BP, principalmente no contexto estratégico, para dar celeridade aos resultados e para não se efetivarem as decisões ambíguas fatais.

As BPs necessitam de políticas precisas para que não se prendam as armadilhas e ciladas das generalidades, mas ao contrário acreditando que o *know-how* estabelecido localmente e os recursos disponíveis agreguem valores que naturalmente as conduzirão a uma situação de crescimento com ampliação e satisfação de resultados.

“É preciso reconhecer e aceitar as diferenças, mas também identificar as nossas semelhanças, o que nos une, os problemas que são comuns à sociedade” (ALFARO, 2009, p.8) Com efeito, um país com as nossas dimensões, marcado por diferenças regionais, com níveis de exclusão social inaceitáveis não pode se dar ao luxo de abandonar os esforços de manutenção e criação de valores compartilhados que motivem um engajamento cívico e uma realocação recursos a partir dos interesses gerais republicanos. Em segundo lugar, ao acalantar a esperança de possuir voz no cenário internacional – o Brasil como uma potência de escala continental, com interesses no hemisfério sul -, necessita reforçar os vínculos identitários e atender a reivindicações culturais minoritárias das mais distintas regiões.

BRAZILIAN PUBLIC LIBRARIES: identity and managerial public scenario

Abstract

This study readdresses the management policy theme focused on Brazilian Public Libraries and discusses the associated organizational and identity principles, taking into account general management principles and the results ensuing from adopting macro and micro policies. It includes geographic aspects, as well as structural diversity, economy, regional and cultural characteristics of Public Libraries. Furthermore, it points out to the need of strengthening identity associations and to meet cultural demands made by minorities in the different regions in order to consolidate and reestablish the objectives and functions related to Public Libraries.

Keywords: Public Library. Public Library Identity. Public Library Policies.

Referências

ALFARO, R.M. Diversidade regional no foco da informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RADIOJORNALISMO PÚBLICO, Brasília, maio 2009. (Apresentação em slide).

BARBOSA, J. R. *A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais de bibliotecas públicas*. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

BARRETO, A. A. *Políticas nacionais de informação*. Salvador: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.aldoibct.bighost.com.br/download/pesquisa/cinform.ppt>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

BRUGGER, W. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1987, p. 220.

CASTELLS, M. *Internet Galaxy: reflections on the Internet, business and society*. Oxford University Press, 2001.

CAVALCANTI, I. G. M. *Panorâmica do SNBP/FBN 2008*. Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/ifla.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2008.

CORREIA, A. E. G. C.; CUNHA JÚNIOR, M. V. Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da região metropolitana norte do Recife – PE. *Biblionline*. João Pessoa, v.3, n.1, 2007.

DAVIS, D. M.; BERTOT, J.C.; McCLURE, C. R. *Libraries connecting communities: Public Library Funding & Technology Access Study 2007–2008*. Chicago: American Library Association, 2008.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Primeiro censo nacional das bibliotecas públicas municipais: estudo quantitativo: principais resultados*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/documento/primeiro-censo-nacional-de-bibliotecas-publicas-municipais-fgv-minic>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

HALL, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1987.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=48>>. Acesso em: 28 jun. 2008.

MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *Ci. Inf. e Doc.* Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MAIA, A. C. *Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Diversidade_Cultural/FCRB_DiversidadeCulturalBrasileira_AntonioCavalcanti.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2011.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 02 jul 2011.

MEIER, Bruno. Uma geração descobre o prazer de ler (especial). *Veja*, São Paulo: Abril, v. 44, n. 20, 18 de maio de 2011.

PAGANO, R. A. *Identidade organizacional: a base da cultura corporativa*. Porto Alegre: Intelligentia Assessoria Empresarial, 2004.

ROWLANDS, I. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. *Journal of Information Science*, v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.

SILVA, E. M. *A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias*. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8.

SILVEIRA, F. J. N.; REIS, A. S. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.21, n.1, p. 37-54, jan./abr. 2011.

SIMÕES, N. Internet avançada para educação e pesquisa: o papel das bibliotecas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 6; ASSEMBLEIA GERAL DO ISTECS, 18. Porto Alegre: PUCRS, 16-19 maio 2011 (Apresentação em slide).

SIMÕES, R. P; LIMA, S. M, N. *Relações públicas e micropolíticas: estudo comparativo de seus processos e programas*. Programa de pós Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998 Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:sPPqyOMLQWcJ:www.sinprorp.org.br/clipping/2003/simoes.rtf+micropol%C3%ADticas+e+macropol%C3%ADticas&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

SUAIDEN, E. J. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. 1979. 103 f. (Dissertação de Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979.

Recebido em: agosto de 2011
Aprovado em: outubro de 2011